

**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

133

Recurso de agravo na apelação n. 300875-3

Agravante: CELPE

Agravado: José Chavier

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Recurso de agravo na apelação. Consumidor. Inscrição indevida. Ausência de comprovação de relação jurídica. Danos morais. Manutenção. Agravo não provido à unanimidade.

1. Apesar da concessionária juntar aos autos extrato de débito (fls. 38/39), alegando serem do consumidor, não traz prova do contrato de serviço de fornecimento de energia elétrica celebrado a justificar o cadastro no banco de inadimplentes, e, portanto, indevida a inserção no SPC/SERASA.
2. Assim, como a relação comercial entre as partes não ficou provada, a dívida é inexistente, a inclusão, indevida e a indenização por danos moral, cabível.
3. Observadas as peculiaridades da hipótese em análise, é adequado o *quantum* indenizatório originalmente fixado em R\$ 10.000,00, pois acompanha o entendimento do STJ e das Cortes Estaduais, adotada em situações análogas.
4. Por se tratar de pedido indenizatório por danos morais oriundo de relação extracontratual, o termo inicial para a incidência da correção monetária é a data da prolação da decisão em que foi arbitrado o valor da indenização, qual seja, a sentença, devendo os juros moratórios fluírem a partir do evento danoso, e não a partir da citação (STJ, EDcl no Ag 1370593/RS)."
5. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 300875-3, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

130

Recurso de agravo na apelação n. 300875-3

Agravante: CELPE

Agravado: José Chavier

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **CELPE** contra decisão terminativa de fls. 77/79, da lavra do Des. Stênio Neiva.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

"José Chavier ajuizou Ação de indenização por danos morais contra **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE**.

O autor alega a inscrição indevida do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito – SPC/SERASA, por suposta dívida decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica por ele jamais contratado.

Sentença proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Correntes (fls. 43/47): julgou **procedente** o pedido para: a) condenar a Celpe a pagar ao autor a indenização no valor de R\$ 10.000,00, correspondente ao dano moral que restou configurado, acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária, a partir da sentença.

Ônus sucumbenciais: pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% do valor correspondente à condenação (CPC - arts. 20, § 3º e 21).

Apelação da Celpe (fls. 52/59): Sem Preliminares. No mérito, pugna pela **redução** do *quantum* fixado a título de indenização e pela **modificação do termo a quo para incidência dos juros de mora** da data do arbitramento da indenização e não citação, como outrora determinado em sentença.

Contrarrazões de José Chavier (fls. 68/69): pelo improvimento do recurso de apelação da Celpe.

A discussão gira em torno dos danos morais gerados com o constrangimento ilegal provocado pela Celpe e suportado pelo apelado, por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito".

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 77/79: deu **parcial provimento** ao apelo, apenas para determinar a incidência da correção monetária a partir da sentença, e os juros moratórios a partir do evento danoso, mantendo decisão nos demais termos.

A **CELPE** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando em síntese, pelo afastamento da condenação por danos morais, e subsidiariamente pela redução do seu valor.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para preferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife,

27.5.14



EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

121

Recurso de agravo na apelação n. 300875-3

Agravante: CELPE

Agravado: José Chavier

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Voto

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos na Apelação, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 77/79.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

"A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE se insurge contra a **condenação em danos morais, alegando exercício regular de direito e inexistência de ilícito. Não merece prosperar tal alegação.** Senão vejamos.

José Chavier afirma à fl. 3, nunca ter efetuado contrato de fornecimento de energia elétrica com a CELPE, (0201101002627218) no endereço sito na Rua Belém de Maria, nº. 05, bairro da Boa Vista II, na cidade de Caruaru. Como também, nunca ter residido neste endereço constante da inscrição no SPC.

No entanto, foi surpreendido no início do mês de novembro, ao tentar efetuar uma compra no comércio local na cidade de Caruaru/PE, com a inscrição no SPC pela CELPE no valor de R\$ 0,04, conforme se verifica à fl. 14, sem prévia notificação.

O juiz monocrático julgou procedente o pedido do autor para condenar a Celpe a pagar ao recorrido indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

De logo, José Chavier foi vítima de um *acidente de consumo*, fato jurídico decorrente de um defeito na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, que implicou na violação de seus interesses extrapatrimoniais.

A apuração de responsabilidade civil da empresa apelante - Celpe, na espécie, é objetiva (CDC - art. 14; REsp 820381/DF), não comportando qualquer perquirição acerca de ter atuado com ou sem culpa, bastando verificar a presença do **dano, do defeito do serviço e do nexo causal**, elementos exigidos pela legislação consumerista.

Apesar de a apelante Celpe juntar aos autos extrato de débito (fls. 38/39), alegando serem do apelado José Chavier, não traz prova do contrato de serviço de fornecimento de energia elétrica celebrado a justificar o cadastro de José no banco de inadimplentes, e, portanto, indevida a inserção no SPC/SERASA.

Assim, como a relação comercial entre as partes não ficou provada, a dívida é inexistente, a inclusão, indevida e a indenização por danos moral, cabível.

Em hipóteses análogas, assim têm decidido os tribunais:

O TJRO:

Indenização. Dano moral. Quebra de contrato. Inscrição indevida. Responsabilidade objetiva. Responde objetivamente pelos danos gerados em razão de sua conduta negligente a **empresa que envia os dados da parte para os**

cadastros restritivos de crédito, devido a débito não contraído. (10000120060147996 RO 100.001.2006.014799-6, Relator: Juiz Osny Claro de O. Junior, Data de Julgamento: 24/08/2010, 5ª Vara Cível). (Sem destaques no original)

O TJSP:

Apelação. Telefonia móvel. **Ausência de prova nos autos do contrato firmado entre a ré e o autor** para prestação de serviços de telefonia móvel em que o autor tenha assinado, ônus de que não se desincumbiu a ré - **Não havendo prova do contrato, inexistente débito a justificar o cadastro do nome do autor no banco de inadimplentes e, portanto, indevida a inserção no SPC/SERASA realizada pela ré** Dano moral presumido majorado para R\$ 10.000,00, considerando o patrimônio e a conduta do ofensor, o caráter repressivo e reparador da indenização Recurso da ré não provido e parcial provimento ao recurso do autor para majorar os danos morais para R\$10.000,00, mantida a sucumbência como definida em sentença. (253919120098260405 SP 0025391-91.2009.8.26.0405, Relator: Helio Faria, Data de Julgamento: 31/01/2012, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/02/2012). (Sem destaques no original)

O TJSC:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DA INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO (SPC E SERASA) REALIZADO POR EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO COMERCIAL NÃO COMPROVADA. DÍVIDA INEXISTENTE. TESE DE QUE FORA O AUTOR QUE ADQUIRIU A LINHA TELEFÔNICA QUE GEROU A DÍVIDA INADIMPLIDA NÃO COMPROVADA. (...) (210880 SC 2009.021088-0, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 05/05/2011, Terceira Câmara de Direito Público) (Sem destaques no original)

Portanto, agiu acertadamente o Juízo monocrático ao reconhecer o dano moral.

No tocante ao valor fixado, de fato, para quantificação da indenização por danos morais devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor à não reincidir no ilícito praticado.

Observadas as peculiaridades da hipótese em análise, é adequado o *quantum* indenizatório originalmente fixado em R\$ 10.000,00, pois acompanha o entendimento do STJ e das Cortes Estaduais, adotada em situações análogas, como exemplificam os acórdãos abaixo ementados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DO NOME EM CADASTRO DE MAL-PAGADORES. SÚMULA 07/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Ag 1375913/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 06/03/2012) **Indenização por dano moral fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** (Sem destaques no original)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. CARACTERIZADO. VALORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, no sentido de que o ora agravante não teria agido com culpa ao promover a negativação do agravado, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. **Não se mostra desproporcional a quantia correspondente a R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), em virtude dos danos sofridos pelo agravado em razão da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, motivo pelo qual não se justifica a excepcional intervenção desta Corte no presente feito, como bem consignado na decisão agravada.**

3. Ademais, a revisão do julgado, no ponto, também esbarra na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1400867/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 07/10/2011) (Sem destaques no original)

O TJPE:

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. **INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO E RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATORIO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE. 1. Uma vez constatado que a inscrição foi indevida, pois as cobranças realizadas foram indevidas, tendo em vista a fraude contratual, restam caracterizados os danos morais, surgindo, então, o dever de repará-los. 2. omissis. 3. Cabível, desta feita, a reparação. Não houve excesso nem, muito menos, timidez quando do arbitramento da referida indenização por danos morais. Desse modo, sopesando os elementos trazidos, depois de detida análise dos em R\$ autos, verifico adequado o valor da indenização arbitrada, mantendo-a 10.000,00 (dez mil reais), restando incólume a decisão vergastada. 4. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. (2610448 PE 0005465-25.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, DJ: 10/4/2012) (Sem destaques no original)**

E mais:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REPETIÇÃO DAS RAZÕES. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. A negatificação indevida do consumidor nos serviços de proteção ao crédito, geram o dever de indenizar, sobretudo quando negativados indevidamente os seus consumidores, onde a majoração fixada na decisão objurgada atende aos princípios e entendimentos prevalentes nesta Corte de Justiça. Noutra banda, encontra-se desprovido de plausibilidade o recurso aventado, caracterizando-se numa mera irresignação do agravante. 2. Quantum indenizatório arbitrado nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mantido no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 3. Recurso de Agravo Improvido. À unanimidade. (2416377 PE 0010717-43.2011.8.17.0000, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, DJ: 15/9/2011) (Sem destaques no original)**

E também:

CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. **INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA PELO AUTOR. ÔNUS QUE INCUMBIA AO DEMANDADO (ART. 333, II, DO CPC). ALEGAÇÃO DE FRAUDE. NEGLIGÊNCIA. CONDUTA ENSEJADORA DE DANO MORAL. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANTIDO. PRECEDENTES STJ E TJPE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. omissis. 2. A inscrição da demandante em órgão de proteção ao crédito, sem a comprovação de que ela estivesse em débito com a demandada, caracterizou-se em ilícito civil. Considerando a inversão do ônus probatório, caberia à agravante comprovar o fundamento do apontamento realizado em detrimento do agravado, nos termos do art. 333, II, do CPC, até porque a ninguém é imposto o ônus de provar fato negativo, qual seja, a ausência de contratação. Dano moral configurado. Precedentes. 3. O montante arbitrado pelo juízo a quo no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) revela-se suficiente tanto em relação à reparação da lesão suportada, quanto à sanção que deve ser imposta à ré, notadamente quando se tem em conta que a negatificação indevida perdurou por mais de 3 (três) anos. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Precedentes do STJ e desta Câmara. 4. Agravo improvido. Decisão unânime. (2520987 PE 0001701-31.2012.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, DJ: 09/02/2012) (Sem destaques no original)**

Portanto, a indenização por danos morais fixada pelo juiz *a quo*, não merece reforma deste Tribunal.

Quanto ao pedido de modificação do termo inicial dos juros e correção monetária, a sentença monocrática merece reparo.

Por se tratar de pedido indenizatório por danos morais oriundo de relação extracontratual, o termo inicial para a incidência da correção monetária é a data da prolação da decisão em que foi arbitrado o valor da indenização, qual seja, a sentença, devendo os juros moratórios fluírem a partir do evento danoso, e não a partir da citação (STJ, EDcl no Ag 1370593/RS)."

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife, 

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator